

N.º

NIPG

Data

## EVENTOS ORGANIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

### 1. Identificação do/a requerente

Nome/Nome da entidade\*

NIF/NIPC\*

Cartão de Cidadão/Passaporte\*

Validade\*

Morada\*

Código-postal\*

Freguesia\*

Concelho\*

Telefone <sup>(1)</sup>

Telemóvel <sup>(1)</sup>

Correio eletrónico <sup>(1)</sup>

Nome do/a representante legal\*

Na qualidade de\* <sup>(2)</sup>

Cartão de Cidadão/Passaporte\*

Validade\*

\* Campos de preenchimento obrigatório.

<sup>(1)</sup> Preencher todos os campos para os quais autoriza ser contactado/a no âmbito deste processo.

<sup>(2)</sup> Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

### 2. Evento

Nome do evento

Data de início

Data de fim

Local do evento

### 3. Tipo de ocupação

Público

Privado

Público ou privado

### 4. Tipo de instalação <sup>(3)</sup>

Restauração e bebidas com braseiro e/ou esplanada

Restauração e bebidas sem braseiro e/ou esplanada

Pequenos balcões ou outros/as vendedores/as

Artesanato

Associações

Equipamentos de diversão

Outros <sup>(4)</sup>

<sup>(3)</sup> Preencher em caso de ocupação de espaço público.

<sup>(4)</sup> A definir pelo Município de Santa Cruz.



## 5. Características da instalação

Denominação da instalação (se aplicável)

Produtos a comercializar

Dimensão da instalação

Comprimento

Largura

Área

Se respondeu **restauração e bebidas com braseiro e/ou esplanada**, quais os equipamentos que possui e quais as suas dimensões?

Braseiro <sup>(4)</sup>

Comprimento

Largura

Área

Esplanada

Comprimento

Largura

Área

Outro

Comprimento

Largura

Área

<sup>(5)</sup> Obrigatório a utilização de extintor ou manta corta-fogo.

## 6. Serviços

Ofício para efeitos de instalação elétrica

Sim

Não

Venda ambulante de bebidas alcoólicas

Sim

Não

Ligação à rede de águas

Sim

Não

Ofício para efeitos de emissão de licença de abate e venda de gado

Sim

Não

## 7. Documentos instrutórios

**Restauração e bebidas com ou sem braseiro e/ou esplanada | Pequenos balcões ou outros/as vendedores/as Artesanato | Equipamentos de diversão | Outros**

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal (se aplicável);

Cartão de Identificação Fiscal (NIF) do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Documento comprovativo da qualidade de representante legal (se aplicável);

Certidão Permanente atualizada (aplicável a pessoa coletiva);

Documento comprovativo e declaração de não oposição à utilização para instalação do recinto, por parte do/a respetivo/a proprietário/a (aplicável a espaço privado);

Declaração de início ou de alteração de atividade da Autoridade Tributária (se aplicável);

Mera comunicação prévia ou título de vendedor/a ambulante;

*Croqui*: desenho ou fotografia da instalação e do(s) equipamento(s) a instalar (indicação das respetivas dimensões).

Termo de responsabilidade de equipamentos de diversão e/ou último certificado de inspeção de cada equipamento, quando o mesmo já tenha sido objeto de inspeção (aplicável a recintos itinerantes).

**Associações** <sup>(6)</sup>

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal;

Documento comprovativo da qualidade de representante legal;

Certidão Permanente atualizada (aplicável a pessoa coletiva);

Ata da Assembleia Geral, que aprova a eleição dos corpos dirigentes;

Ata da tomada de posse;



Documento comprovativo do Diário da República, onde conste a publicação dos estatutos (se aplicável);

Declaração de utilidade pública (se aplicável);

*Croqui*, desenho ou fotografia da instalação.

<sup>(6)</sup> Caso o serviço tenha o documento atualizado ou dentro do prazo de validade, no processo do/a requerente ou promotor/a, o mesmo não deverá ser solicitado.

### Requerente/Representante legal

Declaro, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Declaro que cumpro as obrigações legais e regulamentares relativas às instalações e equipamentos, bem como as regras de segurança, saúde pública e os requisitos de higiene dos géneros alimentícios, nos termos do disposto no artigo 137.º, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.

Tomei conhecimento da Política de Privacidade e aceito inequivocamente que os meus dados, acima referidos, sejam tratados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Pede deferimento,

**O/A requerente/representante legal**

### Atendimento

Observações

**O/A funcionário/a**

### Legislação aplicável

- Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal, de 10 de dezembro de 1998, 2.ª série, n.º 284, Apêndice n.º 160.
- Regulamento n.º 653/2011, de 30 de dezembro, Regulamento de Taxas Municipais do Município de Santa Cruz.
- Decreto Legislativo Regional n.º 30/2016/M, de 18 de julho, que adapta à Região Autónoma da Madeira, o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, Medidas de Modernização Administrativa, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Instalação e o financiamento de recintos de espetáculos, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, Licenciamento e fiscalização pelas Câmaras Municipais de atividades cometidas aos governos civis, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Regulamento Geral do Ruído, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, Licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, Regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime jurídico das autarquias locais, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, na sua redação atual.



- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

